

Denúncias derrubam cúpula da Fundação Banco do Brasil

Após 'Estado' revelar que Polícia Civil do DF apura desvio de recursos do órgão, presidente e diretor deixam os cargos

Andreza Matais | BRASÍLIA

O presidente da Fundação Banco do Brasil, Jorge Alfredo Streit, e o diretor executivo de Desenvolvimento Social, Éder Marcelo de Melo, ambos ligados ao PT, entregaram ontem seus cargos após denúncias de corrupção na instituição.

Streit é investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal numa operação que apura desvio de recursos do órgão, conforme revelou o *Estado* na quinta-feira passada. Os dois entraram com pedidos de aposentadoria, o que vai lhes garantir um salário de R\$ 25 mil, e ingressaram no programa de ajuda a ex-executivos do Banco do Brasil – o que significa que poderão receber um bônus de cerca de R\$ 1 milhão cada.

Ambos foram indicados para os cargos pelo PT, com apoio do ex-presidente da Fundação Jacques Pena, também investigado. Streit é filiado ao PT e foi

candidato pelo partido ao governo de Rondônia.

Procurados ontem, os dois executivos não quiseram falar.

A Delegacia de Combate ao Crime Organizado (Deco) do Distrito Federal já apreendeu documentos e computadores na sede da fundação, em Brasília. Dois DVDs e um CD foram retirados do gabinete do então presidente. A polícia se surpreendeu com o fato de Streit não utilizar o computador da fundação, mas um notebook. A polícia copiou todas as informações de uma central dos computadores na expectativa de aces-



Investigado. Streit foi procurado ontem, mas não quis falar

JOSÉ CRUZ/ABR-27/8/2012

sar troca de informações por e-mail e dados. Também foram feitas escutas telefônicas. O caso é apurado pela Polícia Civil porque a fundação recebe recursos do Banco do Brasil, uma instituição de economia mista.

A Fundação, vinculada ao Ministério da Fazenda, firmou de 2010 até agora convênios de R\$ 36 milhões com entidades ligadas ao PT e familiares de seus dirigentes. As organizações não governamentais, associações e preferências beneficiadas estão sendo investigadas no inquérito. O banco faz auditoria nos contratos e parcerias. A Fundação repassou R\$ 223,9 milhões para 937 convênios ou contratos com outras entidades. Em 2013, ela tem R\$ 180,2 milhões para aplicar.

Esquema usou ONGs em outras pastas

Entidades 'filhotes' do grupo suspeito de desviar recursos na área do Trabalho receberam R\$ 7 mi do Turismo e da Ciência e Tecnologia

Fábio Fabrini
Andreza Matais | BRASÍLIA

Duas instituições apontadas pela Polícia Federal como de fachada pela Operação Espo – que apura desvio de dinheiro do Ministério do Trabalho – receberam R\$ 7 milhões dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Turismo. As investigações indicam que o Instituto Sul-Americano de Cidadania e Sustentabilidade e a empresa LMV Produções e Eventos, ambas do Estado de Minas Gerais, são "filhotes" do Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania (IMDC) para a prática de fraudes.

Segundo a PF, a entidade pode ter desviado R\$ 400 milhões do Trabalho. "Não bastassem as irregularidades praticadas pelo IMDC, ele tornou-se verdadeiro disseminador do modus de operar fraudes na contratação e execução de projetos públicos", diz o relatório da PF, ao qual o *Estado* teve acesso. E o texto prossegue: "Antigos e atuais funcionários aprendem o funcionamento deste nefasto mecanismo, estabelecem os contatos com potenciais colaboradores, desligam-se do IMDC e abrem sua própria Oscip".

O Instituto Sul Americano (ISDES) está registrado em nome de Andrea Magnavaca e Geraldine de Lima Revoredo, ex-funcionários do IMDC. A LMV é de Cristiano Lissaraca de Lacerda. A empresa dele, segundo a PF, fornece notas frias para as empresas dos investigados, além de servir de laranja para contratos com órgãos públicos.



Prejuízo. Ministro Manoel Dias, em seu gabinete: desvio de até R\$ 400 milhões no Trabalho

Convênios. De 2008 a 2010, o Instituto Sul Americano recebeu do Turismo R\$ 5,1 milhões por convênios para qualificar profissionais. Com a Ciência e Tecnologia os contratos somaram R\$ 2 milhões em 2010.

Em 2011, a pedido da presidente Dilma Rousseff, a Controladoria-Geral da União fez uma auditoria nos contratos do Ministério do Turismo, depois de a PF

apontar desvio de recursos na pasta. Na época, o Instituto Sul Americano tinha ali dois convênios, no valor de R\$ 4,1 milhões. A CGU identificou sobrepreço de R\$ 1,5 milhão – 37,4% a mais.

A entidade foi investigada na auditoria porque a Câmara de Vereadores de Contagem (MG) informou à CGU que não conseguia localizar o instituto, que não repassava informações

aos vereadores para controle.

Procurado, o Ministério do Trabalho não informou se tem convênio com o Instituto Sul Americano. O Ministério da Ciência e Tecnologia disse que não haveria tempo de apurar as informações sobre convênio ontem. O Turismo informou que os convênios com o instituto foram firmados em 2008 e 2009.

Ontem, o Ministério do Trabalho

anunciou que um mutirão fará uma auditoria em todos os convênios com a pasta. "As prioridades serão os convênios alvos de investigação pela Polícia Federal e aqueles sob análise dos órgãos de auditoria (TCU, CGU e MPU)."

O *Estado* não conseguiu contato com representantes das duas instituições. O site do Instituto Sul Americano estava on-

● **De volta.** A Controladoria-Geral da União informou ontem que, ante as suspeitas de fraude, abrirá processo para reincluir o IMDC entre as entidades proibidas de receber dinheiro do governo.

* **BASTIDORES: Caio Junqueira**

Diante da demissão, PDT quer substituto de fora do partido

Para dar uma resposta imediata a mais uma onda de denúncias de corrupção na sua gestão no Ministério do Trabalho, o PDT pedirá ao Palácio do Planalto a indicação do substituto do secretário executivo da pasta, Paulo Roberto Pinto, demitido anteontem sob suspeita de participar de um esquema de desvio de verbas. A preferência é por um quadro da Controladoria-Geral da União (CGU), desvinculado do partido e funcionário público de carreira.

Setores do partido chegaram ontem a defender a entrega do ministério à presidente Dilma Rousseff, uma vez que predomina a avaliação entre os trabalhistas de que a pasta está esvaziada de suas funções originais ou, no que lhe resta, sob controle dos petistas. O principal programa de qualificação profissional do governo federal, o Pronatec, por exemplo, está sob o comando do Ministério da Educação, de Aloizio Mercadante. A área de relações do trabalho é controlada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT.

O único obstáculo para deixar o ministério é o receio de que o atual ministro, Manoel Dias, seja taxado como mais um pedetista faxinado da Esplanada dos Ministérios. E sua eventual saída abra caminho para a volta do ex-ministro Brizola Neto, adversário interno no PDT do ministro, do presidente da legenda, Carlos Lupi, e do líder da bancada na Câmara, André Figueiredo (CE).

tem "em reparo". A LMV não foi encontrada.

Outras pastas. O IMDC firmou também convênios de R\$ 9 milhões com outras quatro pastas: Ciência e Tecnologia, Turismo, Cultura e Desenvolvimento Agrário. Segundo a Polícia Federal, a entidade funcionava como uma central de fraudes em parcerias com governos. O

Turismo informou que, diante das irregularidades, está tentando receber de volta seus recursos – cerca de R\$ 3,7 milhões.

MAIS NA WEB
PDT. Escândalo não muda relação com governo Dilma
estadao.com.br/eleiderpdt

Procurador paulista 'libera' Técnica, ex-Delta

Ricardo Chapola

A Procuradoria-Geral do Estado emitiu parecer em que libera a empresa Técnica Construção, ligada à construtora Delta, a participar de concorrências de contratos do governo de São Paulo.

A Delta está proibida de executar obras públicas federais, mas, para participar das licitações, ela criou uma nova empresa, que funciona no mesmo endereço, segundo revelou a coluna *Direto da Fonte*, em julho.

Em junho de 2012, a Controla-

doria-Geral da União (CGU) classificou a construtora como inidônea. Na ocasião, o ministro da CGU, Jorge Hage, afirmou que considerava ilegal a subsidiária de qualquer empresa declarada inidônea participar de concorrências públicas.

No ano passado, mesmo após o posicionamento da CGU, a Delta faturou R\$ 877 milhões em contratos com a União, 12 Estados e o Distrito Federal.

A Técnica disputa dois contratos do governo Geraldo Alckmin (PSDB). Num deles, a empresa apresentou a melhor proposta para uma obra de R\$ 60 milhões na rodovia SP-304. Na outra, integra o consórcio classificado em primeiro lugar para uma Parceria Público-Privada (PPP) de R\$ 3,8 bilhões com o governo federal.

A Procuradoria entendeu que as proibições que a União fez a Delta não se transferem à esfera estadual. O órgão avaliou ainda que a criação da Técnica está de acordo com a legislação.

A Corregedoria-Geral da Administração do Estado concordou com a posição da CGU, o que abriu um impasse jurídico no governo, ainda sem prazos para um desfecho. Integrantes do governo preveem que o caso se re-



Parecer. Governo seguirá orientação da PGE, disse Alckmin

solva até o fim de setembro.

Rigor. O governador Geraldo Alckmin disse ontem que o governo vai seguir "rigorosamente" o parecer emitido pela Procuradoria do Estado. "Não li o parecer, mas vamos seguir rigorosamente a orientação jurídica da PGE", afirmou após participar da cerimônia de inauguração das obras da Linha 5 - Lilás do Metrô, na zona sul da capital paulista. Segundo Alckmin, a Técnica ofereceu preços que eram "disparadamente mais

baixos" que das concorrentes nos contratos.

A Delta foi investigada em 2012 pela Polícia Federal e pela CPI do Cachoeira. A comissão apurou favorecimento da construtora em contratos públicos e envolvimento com a organização de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O contraventor foi apontado pela PF como sócio oculto da empresa. Até então, a Delta era a empreiteira com mais obras ligadas ao PAC. / COLABOROU GUILHERME WALTEBERG

NÃO PERCA ESTA CHANCE!

DESCONTOS de até **25%***

COBERTURAS TOLDOS ABRIGOS

ALUMÍNIO • LONA • POLICARBONATO

0800.016.6000
www.zetaflex.com.br

ZETA FLEX
Sempre à frente do tempo

*Só até 15/09/13